

Produtivismo acadêmico provoca adoecimento docente

As mudanças que atingiram o chão das fábricas no século passado também chegaram à universidade. Principalmente na década de 1990, tida como auge

do neoliberalismo no Brasil. Hoje, com o distanciamento temporal, é possível observar como a imposição de metas produtivistas e a precarização do trabalho afetaram a saúde física e mental dos professores. **8 a 11**



RBorges

Reforma na Lei de Direito Autoral prejudica atividades acadêmicas. **14 e 15**

"Pagamento da dívida inviabiliza investimentos sociais", diz Fatorelli. **8**

Greves e ocupações garantem conquistas para docentes das

Governo fabrica déficit previdenciário para retirar



Docentes paralisam atividades e discutem greve

Mesmo após a realização de três marchas nacionais, em Brasília, e três atos públicos, nos Estados, os servidores públicos federais continuam sem resposta à pauta conjunta de reivindicação. O governo também não apresentou contraproposta à pauta específica dos docentes. **5**

56º Conad atualizará Plano de Lutas dos docentes de 14 a 17/7 em Maringá/PR. **3**

Priorização do pagamento da dívida inviabiliza investimentos em áreas sociais

O Brasil pagou sua dívida com o FMI. Mas, para isso, contraiu empréstimos ainda maiores e mais caras com o mercado financeiro. Confira nesta entrevista com Maria Lucia Fatorelli, auditora fiscal da Receita Federal e membro da coordenação do movimento Auditoria Cidadã da Dívida.

Ainda existe uma certa confusão, muito alimentada pela imprensa, de que o Brasil de Lula pagou sua dívida externa e ainda emprestou dinheiro ao fundo Monetário Internacional (FMI). Existe alguma verdade nesta história? O Brasil deve ou não ao FMI?

De fato há uma grande desinformação desde 2005, quando Lula quitou antecipadamente a dívida externa que o Brasil possuía com o FMI, de US\$ 15,5 bilhões. Para realizar esse pagamento foram emitidos títulos da dívida interna, que na época pagavam juros de 19% a.a., enquanto que sobre a dívida com o FMI incidiam juros de 4% a.a., ou seja, trocamos dívida mais barata financeiramente por dívida mais cara. Além disso, justamente nessa época iniciou-se a forte queda do dólar frente ao real. Dessa forma, o pagamento ao FMI foi uma operação altamente onerosa para o país, mas rendeu muitos frutos políticos.

Na realidade, não pagamos a dívida; ela simplesmente mudou de mãos, isto é, deixamos de dever ao FMI e passamos a dever aos detentores da dívida interna, que são em sua imensa maioria o setor financeiro nacional e internacional. Outra parte da confusão é decorrente do fato de que o FMI é considerado símbolo da dívida e em geral as pessoas acreditam que se não devemos ao FMI não há mais dívida, o que é um erro enorme, pois hoje a dívida externa já supera US\$ 350 bilhões e a dívida interna alcança R\$ 2,5 trilhões. Somadas, elas já ultrapassam R\$3 trilhões de reais!

Quanto essa dívida pública monstruosa consome hoje dos recursos brasileiros?

Em 2010, o pagamento de juros e amortizações da dívida pública consumiu R\$ 635 bilhões, ou seja, quase R\$ 2 bilhões de reais por dia. Dados do Orçamento Geral da União denunciam a destinação de 45% dos recursos para a dívida, enquanto a Educação e a Saúde recebem juntas menos de 7%.

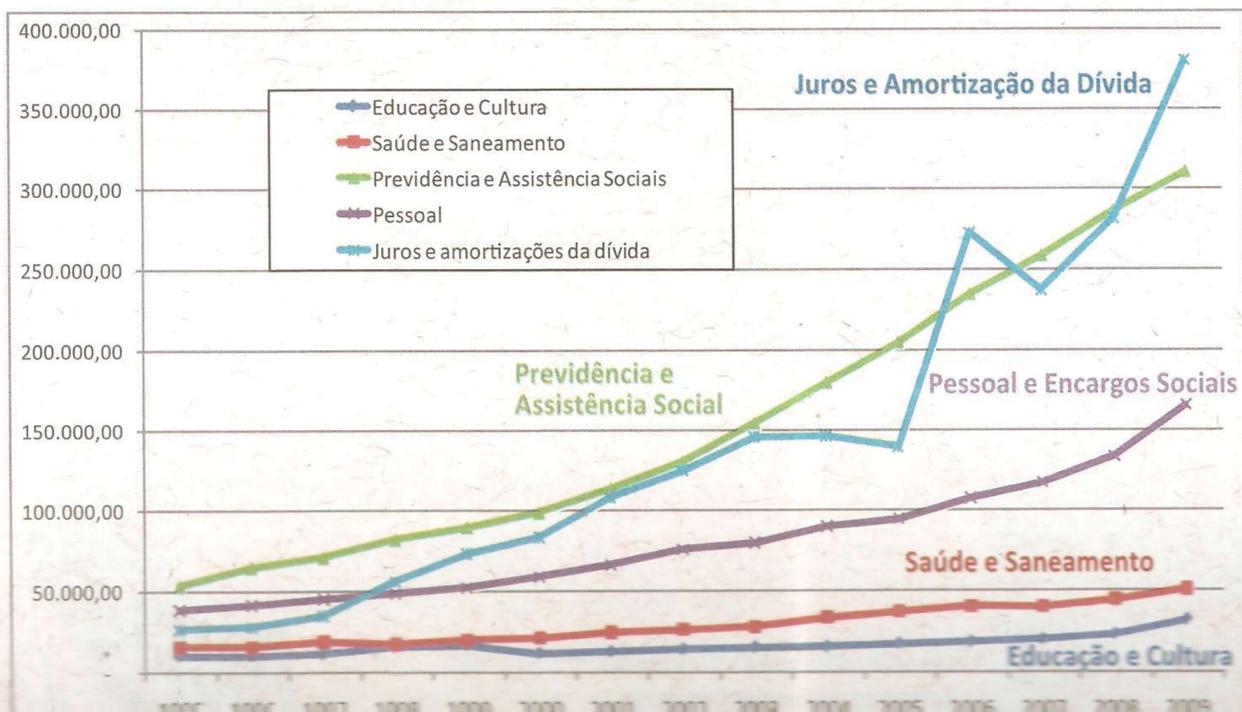
De que forma a população paga por esta dívida?

A população paga a dívida sob diversas formas, tanto por meio dos tributos como pela subtração dos direitos sociais. O modelo tributário brasileiro é altamente regressivo e mais de 60% de toda a arrecadação é proveniente de tributos indiretos que incidem sobre o consumo de bens e serviços. Dessa forma, a sociedade fica onerada com o pagamento de elevados tributos que estão presentes em tudo o que consome - alimentação, transporte, energia, telefonia, medicamentos, serviços em geral - e não somente no contracheque,



Maria Lúcia Fatorelli atuou como consultora da CPI da Dívida

Orçamento Geral da União - Gastos selecionados (R\$ milhões)



não temos o retorno em serviços públicos suficientes e de qualidade, pois os recursos não chegam a tais áreas, como demonstrado no gráfico do Orçamento da União. Essa situação tem perdurado por vários anos, tornando o Brasil um dos países mais injustos do mundo e um paradoxo inaceitável: a 7ª maior economia do planeta ocupa o vergonhoso 73º lugar em atendimento aos direitos humanos de sua gente.

Como a priorização do pagamento da dívida ameaça os direitos sociais da população?

Na medida em que se sacrificam todas as áreas sociais para destinar quase a metade dos recursos da União para o pagamento da dívida, a ameaça é configurada e comprovada. O mais grave é que a Dívida Pública brasileira não tem servido para financiar o Estado, mas tem sido um instrumento de especulação, com inúmeros e fortes indícios de ilegalidades e ilegitimidades que foram denunciadas pela recente CPI da Dívida realizada pela Câmara dos Deputados.

O sacrifício social se dá em todas as áreas e de diversas formas. O governo atual da presidente Dilma iniciou realizando um corte recorde de R\$ 50 bilhões nas áreas sociais, a fim de cumprir a meta de superávit primário e reservar recursos para garantir segurança aos rentistas. Por outro

lado, os juros da dívida já subiram quatro vezes somente nesses poucos meses de governo. Ora, se já pagamos os juros mais elevados do mundo e o risco-Brasil é mais baixo que o dos Estados Unidos, porque os juros que pagamos são tão altos? Esse é um privilégio injustificável.

No caso dos servidores públicos, por exemplo, a ameaça de congelamento dos salários por 10 anos por meio do PLP-549 é uma evidência de medida adotada para que sobrem mais recursos para os juros. O PLP-549 representa uma verdadeira infâmia, na medida em que propõe alterações legais que significam, na prática, além do congelamento dos salários dos servidores, a vedação à ampliação das instituições públicas, sacrificando toda a sociedade que depende dos serviços públicos.

Quais foram os resultados da CPI da Dívida, encerrada no ano passado? As investigações prosseguiram?

A CPI apontou sérios indícios de ilegalidades, que demandam o aprofundamento das investigações e a realização da auditoria prevista na Constituição, tais como: danos às finanças do país; desrespeito aos direitos humanos; atribuições legais não cumpridas pelos órgãos fiscalizadores; indícios de ilegalidades nas diversas negociações desde 1970; ausência de transparência; distorções na divulgação

de dados da dívida, tanto em relação ao estoque como ao pagamento de juros.

O deputado Ivan Valente (PSOL/SP) elaborou um Voto em Separado (Relatório Alternativo), o qual foi entregue ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações, em evento que contou com a presença das entidades integrantes da Auditoria Cidadã da Dívida - inclusive o ANDES-SN - juntamente com demais deputados que também assinaram o referido Voto. Portanto, agora o aprofundamento das investigações encontra-se a cargo do Ministério Público Federal.

Um resumo dos indícios de ilegalidades evidenciados no referido Voto em Separado se encontra na publicação "CPI da Dívida Pública", disponível na página www.divida-auditoriacidada.org.br.

Um dos encaminhamentos importantes da CPI, indicado inclusive pelo relator, foi a necessidade de dar maior transparência à divulgação dos juros "nominais" efetivamente pagos. Atualmente, são apenas divulgados os juros reais - ou seja, que superam a inflação - divulgando-se o restante dos juros como amortizações. Importante ressaltar que na discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, o relator chegou a exigir, no Art. 72 de seu primeiro parecer de 26/3/2010, a divulgação correta das despesas com juros. Porém, inexplicavelmente, três dias depois,

o relator divulgou adendo retirando esta previsão, o que significa desrespeito à CPI e à própria instituição legislativa.

O valor consumido pelo endividamento tem aumentado significativamente a cada ano e superou o montante gasto com a Previdência e Assistência Social (mesmo incluindo os servidores públicos aposentados e seus pensionistas), a maior área social brasileira, que atende a dezenas de milhões de aposentados, pensionistas e suas famílias. O gráfico na página 12 evidencia a estagnação dos gastos com Saúde e Saneamento; Educação e Cultura, ao passo em que os gastos com juros da dívida crescem exponencialmente. Portanto, o endividamento representa o principal problema nacional e, caso não seja enfrentado, não haverá recur-

Orçamento Geral da União – Executado em 2010 – Inclui o "refinanciamento" ou rolagem da dívida

